



A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A DISTÂNCIA NO BRASIL E NA BAHIA NO PERÍODO 2010-2017

Drielle Santos Oliveira Fernandes¹
Thaís Amaral Santos²
Lessí Inês Farias Pinheiro³

Para citar este artículo puede utilizar el siguiente formato:

Drielle Santos Oliveira Fernandes, Thaís Amaral Santos y Lessí Inês Farias Pinheiro (2020): "A expansão da educação superior a distância no Brasil e na Bahia no período 2010-2017", Revista Caribeña de Ciencias Sociales, ISSN 2254-7630 (agosto 2020). En línea: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2020/08/educacao-superior-bahia.html>

RESUMO

O ensino superior brasileiro, na graduação e pós-graduação, passou por um forte processo de expansão a partir da década de 1990, tanto do número de vagas ofertadas quanto do número de Instituições de Ensino Superior criadas. Esse processo abrangeu, também, a modalidade de ensino a distância – EaD, que ganha cada vez mais importância no cenário nacional por contemplar as necessidades de flexibilização de tempo e deslocamento de grande parte da população. Tendo como referência a crescente relevância dessa modalidade de ensino para o país, o presente artigo apresenta e discute dados da expansão do ensino superior a distância no Brasil entre 2010 e 2017, bem como traz um recorte regional desses dados para o estado da Bahia. A pesquisa demonstrou a importância crescente da modalidade de ensino a distância tanto no país quanto no estado da Bahia. Palavras-chave: Ensino superior brasileiro, Educação à distância no Brasil

LA EXPANSIÓN DE LA EDUCACIÓN SUPERIOR A DISTANCIA EN BRASIL Y BAHIA EN EL PERÍODO 2010-2017

RESUMEN

La educación superior brasileña, en cursos de pregrado y posgrado, ha experimentado un fuerte proceso de expansión desde la década de 1990, tanto en el número de lugares ofrecidos como en el número de instituciones de educación superior creadas. Este proceso también cubrió la modalidad de aprendizaje a distancia: la educación a distancia, que está adquiriendo cada vez más importancia en el escenario nacional, ya que contempla las necesidades de flexibilidad en el tiempo y el desplazamiento de una gran parte de la población. Teniendo como referencia la creciente relevancia de esta modalidad de enseñanza para el país, este artículo presenta y discute datos sobre la expansión de la educación superior a distancia en Brasil entre 2010 y 2017, además de traer un corte regional de estos datos al estado de Bahía. La investigación demostró la creciente importancia de la modalidad de educación a distancia tanto en el país como en el estado de Bahía.

Palabras clave: educación superior brasileña, Educación a distancia en Brasil

¹Graduada em Ciência Contábeis e mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia. E-mail: drill.oliveira@hotmail.com

² Graduada em Ciências Econômicas e mestranda em Economia Regional e Políticas Públicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, Bahia. E-mail: thaiamarals@gmail.com.

³ Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Docente nível pleno do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: lifpinheiro@uesc.br

THE EXPANSION OF DISTANCE HIGHER EDUCATION IN BRAZIL AND BAHIA IN THE PERIOD 2010-2017

ABSTRACT

Brazilian higher education, in undergraduate and graduate courses, has undergone a strong expansion process since the 1990s, both in the number of vacancies offered and in the number of Higher Education Institutions created. This process also encompassed the distance learning modality - distance education, which is gaining more and more importance in the national scenario because it contemplates the needs of time flexibility and displacement of a large part of the population. Having as reference the growing relevance of this teaching modality for the country, this article presents and discusses data on the expansion of higher distance education in Brazil between 2010 and 2017, as well as bringing a regional cut of these data to the state of Bahia. The research demonstrated the growing importance of the distance learning modality both in the country and in the state of Bahia.

Keywords: Brazilian higher education; Distance learning in Brazil

1 INTRODUÇÃO

A partir, principalmente, da década de 1990, o ensino superior passou por um largo processo de expansão no Brasil. Vieira (2017,) destaca que entre 1995 e 2014 houve expressiva ampliação tanto no número total de matrículas nos cursos de graduação quanto do número de Instituições de Ensino Superior (IES) no país, tendo sido abrangidas nesse processo as atividades de pós-graduação, o que aumentou o contingente de mestres e doutores no Brasil. Nesse período foram criadas mais de 5,1 milhões de vagas nos cursos presenciais de graduação e abertas quase 1,5 mil novas IES (Vieira 2017).

Essa expansão ocorreu mais intensivamente no setor privado, tanto pelo crescimento endógeno desse setor quanto por meio de programas governamentais como o Programa Universidade para Todos (Prouni) e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES). As ações governamentais estimularam o aumento de vagas na educação superior privada visto que, por meio desses programas as Instituições beneficiam-se, seja por incentivo fiscal ou aporte direto através de fundos de financiamento estudantil, o que promoveu conseguinte acesso maior aos cursos de graduação. O Censo da Educação Superior do ano de 2017 aponta que no Brasil 87,9% das instituições de educação superior (IES) estão no setor privado, sendo que 87,3% desse total são Faculdades (INEP,2017).

A maior parte dos dados discutidos acerca da expansão do ensino superior brasileiro trata das matrículas e vagas em cursos presenciais, porém o ensino a distância também passou por amplo processo de expansão nas instituições públicas e privadas e também nas empresas educacionais, fato atribuído, principalmente, à evolução das tecnologias de informação e ao crescimento da rede mundial de computadores – a internet (PIRES, 2001). O ensino a distância integra a história recente do Brasil, tendo suas bases legais estabelecidas em 1996 e sendo regulamentado somente em 2005. Desde então, essa modalidade de ensino, caracterizada pelo distanciamento espacial e/ou no tempo entre aluno e tutor, tem adquirido cada vez mais relevância no cenário nacional. Assim, questionasse, qual a amplitude do crescimento do ensino superior a distância no Brasil?

Tendo em vista a crescente importância do ensino a distância, o presente artigo tem como propósito analisar a evolução da educação à distância (EaD) no país desde o último Censo em 2010 até o ano de 2017, bem como identificar o avanço no acesso à educação superior através do EaD no estado da Bahia e sua participação quando comparada ao Brasil.

Para tanto, utiliza-se abordagem qualitativa, através de pesquisa bibliográfica, fundada em artigos científicos e livros que abordam o tema e também pesquisa documental, a qual visa acompanhar a expansão da EaD no Brasil e em particular no estado da Bahia.

Para atender aos objetivos, utiliza-se o procedimento estatístico-descritivo, através do uso de subsídios empíricos, disponibilizados por instituição pública. As *proxies* em referência foram extraídas do a Sinopse Estatística da Educação Superior, acessada através do site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o INEP. São analisados: o número de instituições e ensino superior no Brasil que oferecem cursos a distância (públicos x privados, federais estadual e municipais) de 2010 a 2017, candidatos inscritos e vagas oferecidas para cursos EAD no Brasil de 2010 a 2017, matrículas no ensino superior por modalidade, relação candidato/vagas e vagas oferecidas para cursos EAD na Região Nordeste e Bahia de 2010 a 2017 e número de concluintes na modalidade EAD na Bahia de 2010 a 2017.

O trabalho é composto por quatro seções, das quais a presente introdução é a primeira. A seção de número dois conceitua a educação a distância, a terceira seção faz uma revisão histórica da implantação e regulamentação da EaD no Brasil. A quarta seção apresenta e discute os dados da EaD no Brasil entre o período especificado (2010/2017), bem como faz o recorte desses dados para a Bahia. Por fim a quinta e última seção apresenta as considerações finais.

2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Não há consenso entre os pesquisadores acerca do conceito de educação à distância. Embora haja divergência, as definições convergem para classificar essa modalidade como sendo intensiva no uso de tecnologias de comunicação e informação. Assim, professores e alunos estão (completamente ou majoritariamente) separados no espaço e/ou no tempo, apesar de conectados e interligados por meio de recursos tecnológicos (MORAN, 1994).

A separação física, característica principal da educação, a distância permite o atendimento de um grande contingente de pessoas que não têm condições de frequentar um curso na modalidade presencial por motivos diversos (indisponibilidade de tempo para frequentar aulas diárias nos horários dos cursos presenciais, residirem longe dos principais centros universitários, etc).

O histórico da EAD apresenta vai desde o uso de correspondência (oferta de cursos livres) até os modernos mecanismos tecnológicos de transmissão de informações (via satélite, internet). Os diversos meios de comunicação disponibilizaram uma oportunidade para o desenvolvimento da educação à distância, absorvida pelas instituições de ensino públicas e privadas (GARCIA e CARVALHO JÚNIOR, 2015).

As tecnologias são utilizadas para a entrega de conteúdo e para manutenção do diálogo professor/aluno e aluno/aluno. Existem peculiaridades na modalidade EAD que geram diferenças quanto aos projetos e a execução dos cursos, os quais envolvem “estudo individual ou em grupo; papel do professor especialista e dos facilitadores de aprendizagem; tipo de tecnologia do material instrucional (papel, meios eletrônicos, fitas de vídeo, fitascassete, rádio, TV, etc.) e métodos de ensino-aprendizagem” (GARCIA e CARVALHO JÚNIOR, 2015).

3 A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NO BRASIL

No Brasil, as bases legais para a modalidade de educação a distância foram estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996), mas seu conceito só foi definido oficialmente pelo Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005, posteriormente revogado pelo Decreto nº 9.507 de 25 de maio de 2017, segundo o qual

[...] considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (BRASIL, 2017).

Após a consolidação da legislação regulamentadora da EaD, houve significativo crescimento das instituições credenciadas ofertantes dessa modalidade. Inicialmente, o maior responsável pelo crescimento no número de cursos a distância ofertados foi o setor privado. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, o INEP, o ensino superior brasileiro é um dos mais privados do mundo (INEP, 2008) e essa realidade também é observada no âmbito da educação a distância, uma vez que

[...] após a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9394/96) e, sobretudo, após 2002, efetivou-se um processo de credenciamento de instituições de educação superior para a oferta de cursos na modalidade a distância, com forte presença da esfera privada. Segundo dados do INEP sobre a expansão da EaD, por nível administrativo, em 1999 tínhamos apenas duas IES credenciadas. Em 2007 esse número passou para 104. O setor privado responde, nesse contexto, por 59,61% das instituições credenciadas (DOURADO, 2008, p. 900).

A importância crescente do ensino a distância no cenário nacional de educação levou à criação do sistema integrado por universidades públicas, a Universidade Aberta do Brasil. O Sistema UAB foi instituído pelo decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006, e tem como principal objetivo expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior à distância no país. Embora toda a população seja atendida pelo sistema, há prioridade para a formação inicial e continuada dos professores que atuam com a educação básica, sendo a oferta majoritariamente de cursos de licenciatura. Segundo Dourado (2008), a EaD encontra-se em um momento fortuito de expansão no cenário da educação superior brasileira, processo esse impulsionado pela criação do Sistema UAB. A esse respeito, ele aprofunda que

[...] o Ministério da Educação, de maneira mais orgânica nos dois últimos anos, vem buscando expandir as ações das instituições de educação superior públicas, em especial nas IFES, por meio

da criação do sistema UAB e, mais recentemente, por meio de alterações político-administrativas significativas no tocante à formação de professores (DOURADO, 2008, p. 903).

As políticas públicas educacionais expansionistas, que na esfera da EaD são representadas principalmente pela criação e manutenção do Sistema UAB, devem ser pensadas de forma ampla e a longo prazo, evitando a formação de uma dicotomia entre ensino presencial e a distância. Dourado (2008) salienta que, além de expandir a oferta de vagas, o governo deve assegurar que o ensino a distância brasileiro ofereça estrutura adequada de acompanhamento estudantil, laboratórios e bibliotecas de qualidade, material didático-pedagógico adequado para a modalidade a distância além de encontros presenciais regulares.

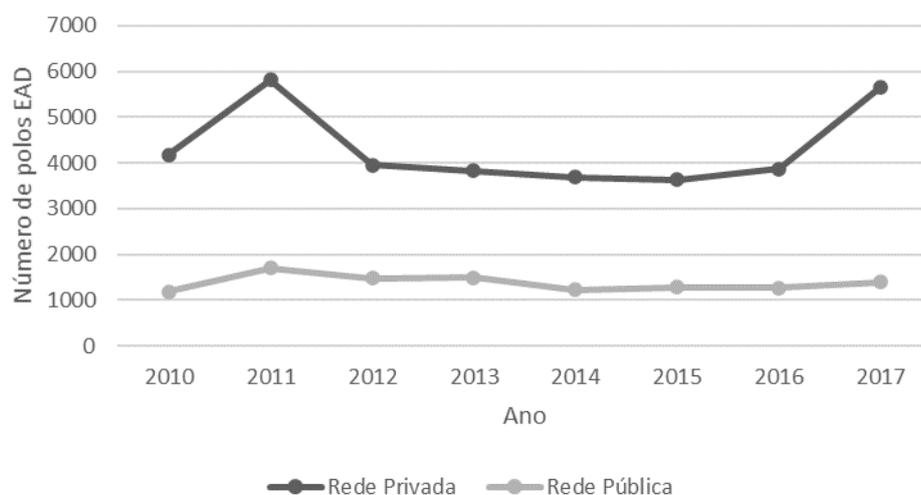
Outro importante aspecto a ser considerado ao se estudar a expansão da EaD no Brasil é a questão locacional das vagas ofertadas. Conforme discute Alonso (2010), é fundamental priorizar políticas que busquem minimizar as disparidades regionais e que sejam precedidas por criterioso diagnóstico e localização de demandas, visando interiorizar o ensino superior.

Os aspectos discutidos anteriormente esclarecem o porquê de ser relevante estudar a evolução do ensino a distância no Brasil, especialmente após o período de maior expansão desse setor. As políticas públicas de incentivo ao setor privado, juntamente com a criação da Universidade Aberta do Brasil foram responsáveis por um significativo aporte no número de vagas ofertadas nessa modalidade, bem como da sua melhor distribuição espacial no país.

Dados da Sinopse Estatística da Educação Superior elaborada e divulgada pelo INEP mostram que o aumento no número de polos que ofertam ensino na modalidade a distância foi discreto entre 2010 e 2017. A figura 1 apresenta essa evolução com dados que abarcam a rede pública e privada e é perceptível que o processo de expansão visto até o ano de 2004 foi desacelerado. Quando analisada exclusivamente a rede privada, nota-se uma queda no número de polos entre os anos 2011 e 2012, que é mantida até 2017, quando o número volta ao patamar inicial da série. Já a rede pública apresenta leve crescimento entre 2010 e 2011, porém o número de polos volta a diminuir em 2012, se mantendo sem significativas alterações até 2017.

Pode-se entender, a partir desses dados, que o principal aporte no número de polos de ensino a distância na rede pública que houve no Brasil foi devido à criação da Universidade Aberta do Brasil, fato anterior ao período estudado no presente artigo. Isso leva à conclusão de que, após a criação do programa e implementação de novos polos, os investimentos em expansão dessa modalidade foram freados, porém houve a manutenção desses polos, o que é fundamental para que o ensino a distância seja consolidado no país.

Figura 1 - Número de polos de ensino público e privado que oferecem cursos à distância no Brasil. Período 2010-2017



Fonte: INEP (2019)

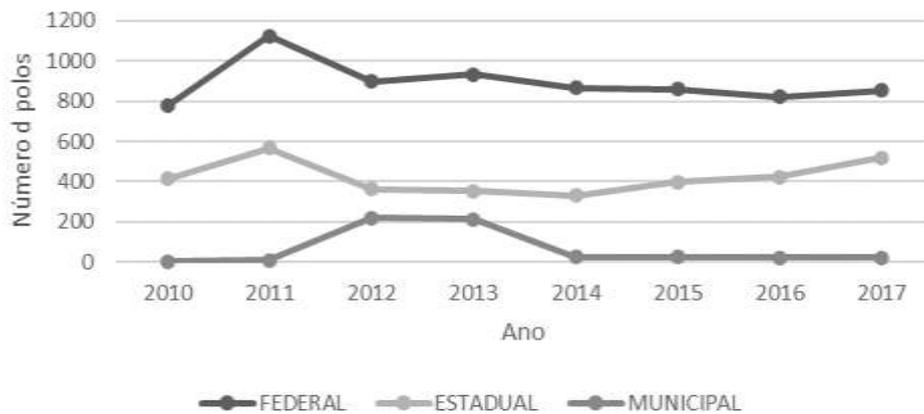
Outra importante constatação da Figura 1 é que a maior parte dos polos de ensino superior a distância atuam na esfera privada. Enquanto os números da rede pública se apresentam entre 1000 e 2000 polos, a rede privada apresenta dados entre 4000 e 6000 polos no país. Para Portes e Alves (2017), o Brasil, desde a década de 1990, a partir da Reforma do Estado elaborada pelo Ministério de Administração e Reforma do Estado, procurou redefinir as esferas pública e privada e a educação foi colocada entre as atividades não exclusivas do Estado. Isso contribui para o cenário observado: maior participação do setor privado que do público na quantidade de polos de ensino a distância.

Ainda segundo Portes e Alves (2017), a privatização do ensino superior representa uma alternativa de “investimentos e de sucesso financeiro para o capital. Prova dessa abertura foi o imenso crescimento e mercantilização do ensino superior. Como uma das estratégias dessa expansão têm sido os cursos a distância”, de modo que a política nacional de acesso ao ensino superior tende a priorizar a expansão do ensino privado, fato que é ilustrado pela Figura 1.

Quanto à rede pública de ensino superior à distância, percebe-se que a grande maioria dos polos de ensino nessa modalidade pertencem à rede federal de educação – é pequena a participação da rede estadual e ínfima a da rede municipal (Figura 2).

A preponderância dos polos na rede federal é reflexo da falta de articulação entre as diversas esferas administrativas governamentais, levando à criação de políticas centralizadoras pelo Governo Federal e com graves problemas de governança.

Figura 2 - Polos em educação à distancia por categoria administrativa das Instituições de Ensino Superior públicas no Brasil - De 2010-2017



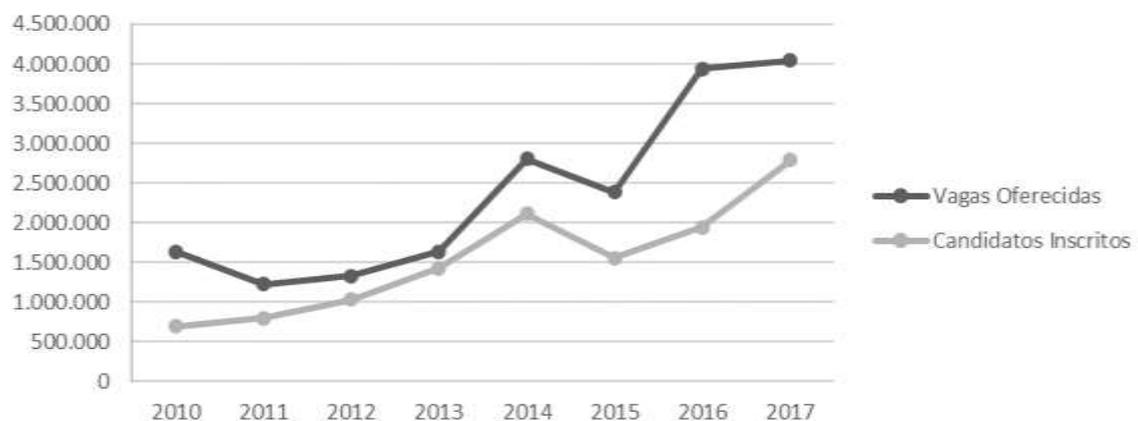
Fonte: INEP (2019)

O problema da governança das políticas públicas no Brasil é amplamente discutido na literatura e a esse respeito Alves e Neto (2014, p. 330) afirmam que a baixa integração entre os diferentes níveis governamentais é recorrente no Brasil. Eles esclarecem ainda que superar esse obstáculo

“[...] requer um esforço de compreender a questão regional de uma perspectiva transversal e, portanto, integradora de agências governamentais, bem como um exercício constante de negociação e estabelecimento de consensos e pactos mútuos – o que exige, por sua vez, maturidade institucional.” (ALVES e NETO, 2014, p. 331)

A quantidade de vagas oferecidas ao longo dos anos estudados mostrou-se majoritariamente em ascensão, com exceção dos anos de 2011 e 2015, quando houve diminuição na oferta de vagas. Ainda assim, é notório o aumento significativo do ensino EaD no Brasil, como pode ser observado na Figura 3: enquanto em 2010 foram ofertadas em torno de 1,5 milhões de vagas nessa modalidade, em 2017 foram cerca de 4 milhões.

Figura 3 - Candidatos inscritos e vagas oferecidas para cursos EAD no Brasil - De 2010-2017



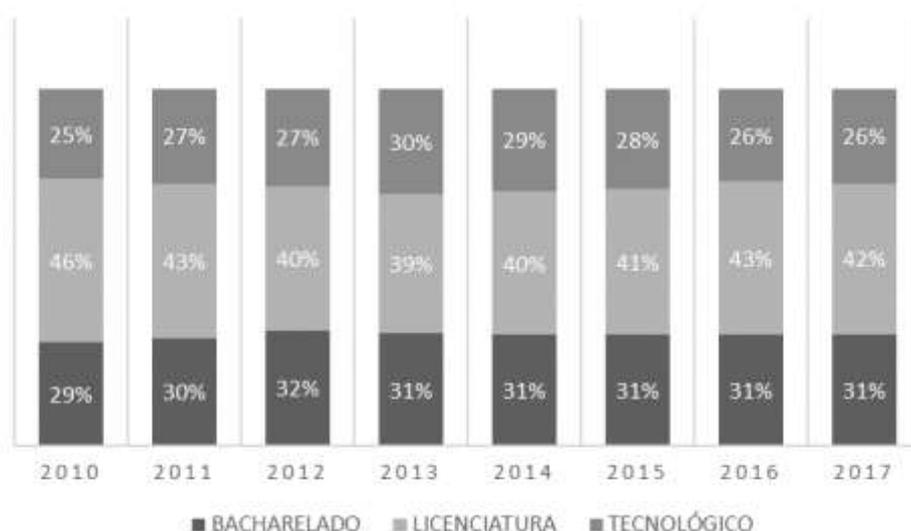
Fonte: INEP (2019)

Quando confrontados, os dados da Figura 1 e da Figura 3 permitem perceber que, apesar de ter sido freado o processo de criação de novos polos de ensino a distância, a oferta de vagas continuou em franca expansão até 2014 – fato que reforça, mais uma vez, a crescente relevância da educação superior à distância no país.

Essa última análise talvez reflita a necessidade de melhor distribuição espacial das vagas ofertadas, de forma a atender mais efetivamente as demandas regionais por cursos (Tabela 1).

De acordo com o objetivo de democratização do ensino superior, do Plano Nacional de Educação (PNE) 2011 – 2020, existe a necessidade de aumentar a oferta de vagas em cursos técnicos. A distribuição de cursos por tipo é mostrada na Figura 4.

Figuras 4 - Matrículas no ensino superior por modalidade de ensino de educação a distância. No período 2010-2017



Fonte: INEP (2019)

Como pode ser observado, quase nada mudou no cenário brasileiro quando categoriza-se os cursos por tipo, bacharelado, licenciatura ou tecnológico. As licenciaturas predominam em volume de matrícula, durante todo o período. Situação que contraria as necessidades apontadas no PNE, pois “o Brasil possui uma oferta de ensino superior cinco vezes maior do que a oferta em cursos técnicos. Na proporção inversa, a demanda de trabalhadores, que possuem curso técnico, é cinco vezes maior que para o trabalhador egresso de curso superior” (BRASIL, 2014).

4. EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA NA BAHIA

A seguir será discutida a evolução da educação superior à distância no estado da Bahia. A Tabela 1 apresenta a relação entre o número de vagas oferecidas e a quantidade de candidatos inscritos nos processos seletivos para cursos de educação à distância no Nordeste e na Bahia. Percebe-se que no Estado da Bahia a partir de 2015 houve maior demanda que oferta de vagas EaD, enquanto no Nordeste ocorreu movimento oposto.

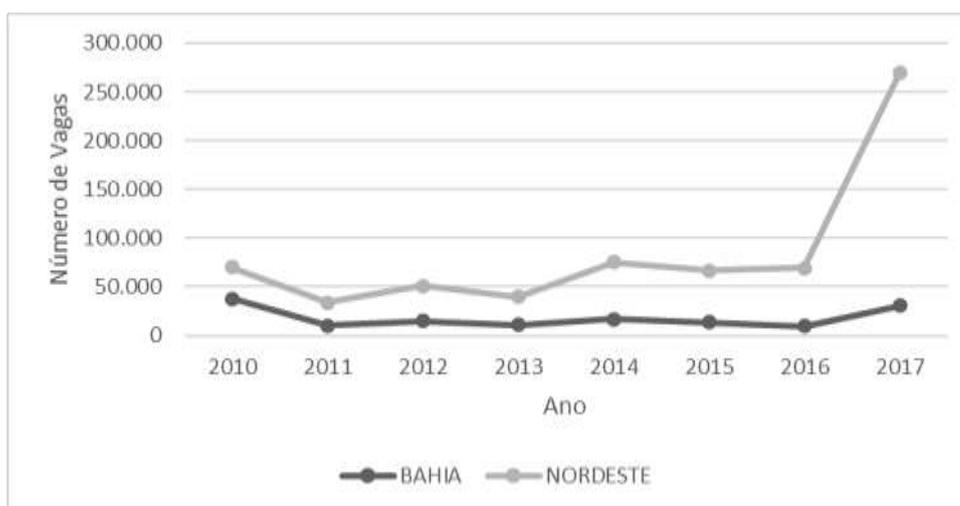
Tabela 1 - Relação candidato/vaga para curso EAD no Nordeste e na Bahia entre os anos de 2007 a 2010

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Nordeste	1,07	1,46	1,65	1,62	1,07	0,89	0,78	0,69
Bahia	0,25	0,80	0,95	1,32	0,80	1,47	1,73	1,27

Fonte: INEP (2019)

Fazendo um recorte regional dos dados apresentados, nota-se que o volume de vagas oferecidas para o Nordeste tem aumentado, com destaque para o ano de 2017 quando esse número quase triplicou (Figura 5). Quando comparados os dados do Nordeste com o da Bahia, é possível perceber que o aumento da região não pode ser atribuído ao Estado, já que as vagas ofertadas no ensino superior à distância na Bahia se mantiveram estáveis entre 2010 e 2017.

Figura 5 - Vagas oferecidas no ensino superior à distância na Bahia e na Região Nordeste - Período 2010-2017

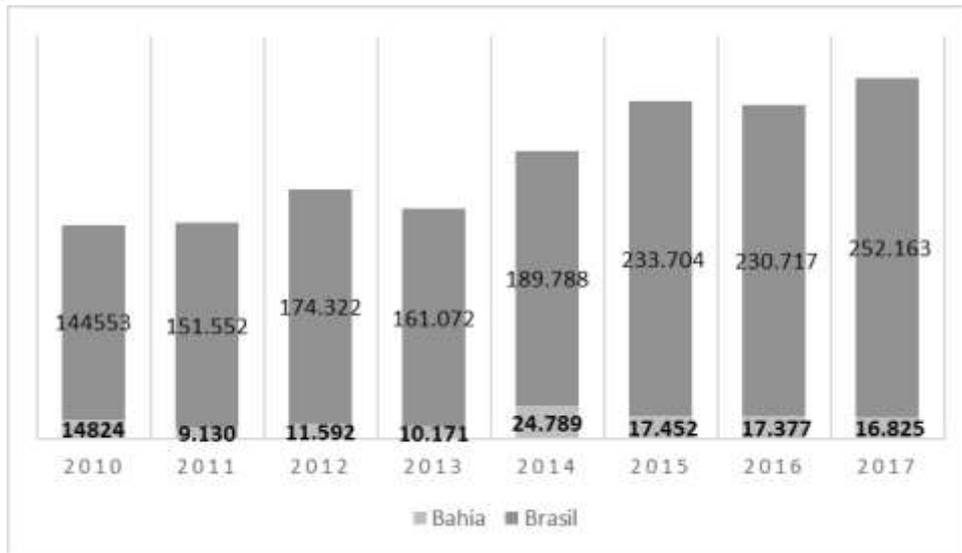


Fonte: INEP (2019)

Quanto ao número de concluintes, a Bahia representava 10,26% da quantidade total de concluintes em relação ao Brasil em 2010, havendo uma queda na percentualidade ao longo dos anos, chegando a 2017 com 6,67% de concluintes em relação ao total no Brasil. Apesar desses dados, pode-se observar na série temporal estudada que o número de concluintes na Bahia manteve-se relativamente estável no período (Figura 6).

Como se observa, o número total de concluintes cresceu a uma taxa mais significativa no Brasil do que na Bahia. Enquanto o número total de concluintes no país cresceu 74%, no estado da Bahia esse mesmo fator aumentou apenas 13%. Contudo, analisando a quantidade de vagas ofertadas, nota-se que na Bahia em 2017 houve uma queda de 20% na oferta de vagas em relação a 2010; ao mesmo tempo que no Brasil deu-se uma expansão 147% no mesmo período, conforme foi visto anteriormente..

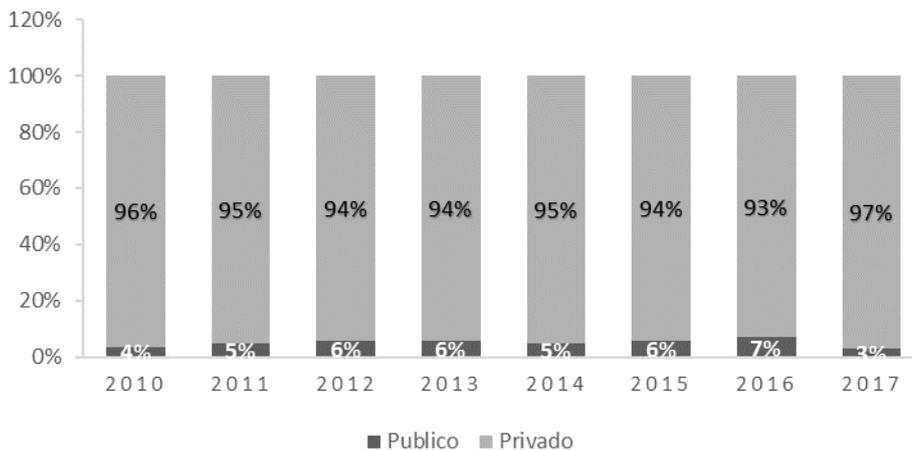
Figura 6 - Número de concluintes na modalidade Educação à Distância no Brasil e na Bahia – De 2010-2017



Fonte: INEP (2019)

A rede privada de ensino é quem forma quase todos os concluintes de ensino superior na modalidade EaD no estado da Bahia, ficando o ensino público com menos de 10% de participação nesse quesito, como pode-se perceber na Figura 7. Isso pode ser explicado pela política brasileira de expansão do ensino superior que reforçou o crescimento do setor privado.

Figura 7 - Percentual de concluintes do EaD na Bahia por categoria de IES - 2010 a 2017



Fonte: INEP (2019)

Queiroz (2015), defende que esse processo se deu graças às ampliações do Programa Universidade para Todos (PROUNI), do Fundo de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior (FIES), e da utilização do ensino a distância (EaD) como via para a democratização do acesso à educação, dentre outros mecanismos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil é um país marcado pela desigualdade social – o acesso à educação superior é um dos desafios a ser superado na busca por uma sociedade mais igualitária. O presente estudo mostrou que a educação a distância, enquanto alternativa de acesso ao ensino superior, se mostra eficaz no sentido de atingir um crescente número de pessoas ao longo do tempo. Entretanto, é necessário averiguar a qualidade do ensino que é oferecido, bem como pensar de forma mais aprofundada a distribuição regional e espacial dessas vagas para que esse setor em expansão possa representar avanços para a discussão da desigualdade no Brasil.

Outro importante ponto percebido é que, apesar dos esforços governamentais para criação de polos de ensino a distância, bem como o credenciamento de novas IES que ofertem essa modalidade, ainda é o setor privado que domina esse nicho da educação: é nele que se concentram o maior número de vagas, bem como o maior número de instituições que ofertam a modalidade de ensino a distância.

É importante ressaltar que, quando se coloca que o setor público precisa despertar para a questão do ensino a distância em comparativo com o setor privado, não se pode afirmar que é negativa a forte presença da iniciativa privada nessa modalidade. O que se quer dizer é que, em vistas da grande expansão do ensino superior público, tanto em formação inicial (graduação) quanto continuada (pós-graduação) presenciais, ainda é discreta a expansão do ensino a distância.

Entretanto, as IES privadas não podem ser vistas pelo ponto de vista meramente lucrativo – aspectos positivos como os benefícios sociais devem ser levados em consideração; porém, é preciso também um olhar mais atento aos problemas relacionados à qualidade do ensino.

Uma importante dificuldade encontrada ao longo da construção desse artigo e que é válido expor é a ausência de dados mais profundos sobre o ensino superior à distância, independente do ensino superior presencial. Todos os dados que discriminam idade, sexo e perfil social dos ingressantes no ensino superior são disponibilizados para as modalidades presenciais e a distância em conjunto, o que impossibilita melhor caracterização e discussão sobre uma dessas modalidades em específico. Caso, futuramente, o INEP ou algum outro órgão competente venham a discriminar esses dados por modalidade, é objeto importante de estudo comparar o perfil socioeconômico das pessoas que optam pelo ensino a distância ou pelo presencial.

Diante do exposto, percebe-se a necessidade de uma avaliação das políticas adotadas para garantir o acesso à educação superior, bem como se torna indispensável que sejam disponibilizadas informações relacionadas à qualidade do ensino EaD, separadamente do ensino presencial, visto que essa é notadamente uma modalidade em ascensão no país e que se torna cada vez mais procurada por parte daqueles que desejam ter o nível superior de educação.

REFERÊNCIAS

Almeida, Denise; Almeida, Leonardo; Teixeira, Antônio (2017). Massificação do ensino superior brasileiro: um modelo de privatização a partir dos programas FIES e PROUNI. *Anais XVII Colóquio Internacional de Gestão Universitária*. Mar Del Plata–Argentina. Recuperado em 27 de maio de 2019, de https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/181131/101_00066.pdf?sequence=1&isAllowed=y.

- Alonso, Katia (2010). A expansão do ensino superior no Brasil e EaD: dinâmicas e lugares. *Educação e Sociedade* Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, outubro.-dezembro 2010. Recuperado em 20 de maio de 2019, de <http://www.cedes.unicamp.br>. 20 de maio de 2019.
- Alves, Adriana; Neto, João (2014). A Nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR II: entre a perspectiva de inovação e a persistência de desafios. *Revista Política e Planejamento Regional*, v. 1, n. 2, julho/dezembro, p. 311 a 338. Recuperado em 25 de maio de 2019, de <http://www.revistappr.com.br/artigos/extra/5525776c88b67.pdf>.
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017*. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 12996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm. Acesso em 20 de maio de 2019.
- Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm. Acesso em 26 de maio de 2019.
- Dourado, Luiz (2008). Políticas e Gestão da Educação Superior a Distância: Novos Marcos Regulatórios? **Educ. Soc.:** Campinas, vol. 29, n. 104 - Especial, p. 891-917. Recuperado em 20 de maio de 2019, de <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso.
- Garcia V, Carvalho Junior P. Educação à distância (EAD), conceitos e reflexões (2015). *Medicina (Ribeirão Preto)*. Recuperado em 20 de maio de 2019, de <http://www.revistas.usp.br/rmrp/article/view/104295>
- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira . Sinopse Estatística da Educação Superior. Brasília: Inep. Recuperado em 20 de maio de 2019, de <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>
- Moran, José (1994). O que é educação a distância. *Informe CEAD – Centro de Educação a Distância: SENAI*, Rio de Janeiro, ano 1, nº 5, outubro-dezembro de p. 1-3. Recuperado em 20 de maio de 2019, de <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf>.
- Pires, Hindenburgo (2001). Universidade, Políticas Públicas e Novas Tecnologias Aplicadas à Educação a Distância. *Revista Advir* nº 14, p. 22-30. Recuperado em 20 de maio de 2019, de <http://www.cibergeo.org/artigos/ADVIR14.pdf>.
- Portes, L. F., Alves, J. de M. (2017); A expansão do ensino superior no Brasil: a particularidade dos cursos de Serviço Social no Paraná. *Serviço Social em Revista*. Londrina
- Queiroz, V. (2015) Fundo de Financiamento Estudantil (FIES): uma nova versão do CREDUC. Educação Pública: confronto e perspectiva. *Cadernos ANDES-SN*, fevereiro
- Vieira, Danilo (2017) Evolução do Ensino Superior Brasileiro em Período Recente: Novas Perspectivas para o Desenvolvimento Regional? In: Neto, Aristides; Castro, César; Brandão, Carlos Antônio. *Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas*. Ipea. 475 p.